

Os diferentes caminhos dos projetos nacionais de Vargas e Perón: uma análise comparativa

Francisco Luiz Corsi¹

Resumo: O objetivo do artigo é realizar uma análise comparativa dos projetos nacionais de Vargas e Perón, destacando as convergências e diferenças entre ambos. Buscamos entender essas estratégias de desenvolvimento a partir do contexto internacional de crise e reestruturação do capitalismo entre 1930 e 1955 e das mutantes correlações de forças entre as classes nos dois países em um período marcado por profundas transformações, que abriam um leque de possibilidades históricas para Brasil e Argentina. Buscamos indicar as inflexões desses projetos diante dos obstáculos enfrentados tanto no que se refere as questões relativas ao financiamento do desenvolvimento e dos desequilíbrios de curto prazo quanto no que diz respeito a sustentação política. Estes projetos não se apresentavam de forma acabada, estavam em permanente construção.

Palavras Chave: Projeto Nacional, Desenvolvimento, Política Econômica, Brasil, Argentina

Abstract: This paper aims to conduct a comparative analysis of Perón and Vargas national projects, highlighting the similarities and differences between them. We try to understand these development strategies from the international context of crisis and reconstruction of capitalism between 1930 and 1955 and the changing correlation of forces between the classes in both countries in a period of profound transformations, which opened a range of historical possibilities for Brazil and Argentina. We seek to indicate the inflections of these projects before faced obstacles both regarding issues related to financing for development and short-term imbalances as regarding political

¹ Professor de Economia Brasileira da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

support. These projects are not presented in finished form, they were in permanent construction.

Keywords: National Project Development, Economic Policy, Brazil, Argentina

1- Introdução

O Objetivo do presente artigo é analisar comparativamente os projetos nacionais de Vargas e de Perón. Apesar de diferenças significativas, ambos projetos propunham, com ênfases distintas, um desenvolvimento calcado no mercado interno, na ampla ação estatal na economia e na indústria, com distribuição da renda e autonomia nacional. Tanto no Brasil quanto na Argentina estes não eram os únicos projetos em disputa no período que se inicia com a Grande Depressão da década de 1930 e se estende até meados da década de 1950. Existiam outros projetos e os rumos das economias dos dois países não estavam decididos de antemão. No entanto, o embate central se dava entre os que defendiam desenvolvimento voltado para o mercado interno e os liberais, que enfatizavam a economia aberta, o Estado enxuto, a ampla participação do capital estrangeiro, o rígido controle da inflação e a inserção na economia mundial de acordo com as vantagens comparativas, o que implicava privilegiar a agropecuária, mas sem descartar certo desenvolvimento industrial, que deveria ter papel secundário na economia. A conjuntura internacional era adversa a essa estratégia e abria espaço para os projetos industrializantes.

A Grande Depressão, entre muitas outras consequências, acarretou uma relativa desarticulação da economia mundial, patente na acentuada queda dos fluxos de capital, de mercadorias e de força de trabalho e no colapso do padrão ouro-divisas, o que contribuiu para a constituição de áreas restritas de comércio vinculadas às diferentes moedas. O sistema multilateral de trocas cedeu lugar a acordos bilaterais de comércio e ao protecionismo.

Nesse contexto, abriram-se possibilidades de saídas nacionais para a crise, voltadas para o mercado interno e que implicavam crescente ação estatal na economia.

As políticas econômicas, de modo geral, passaram a pautar-se pelas desvalorizações competitivas de moedas, pelos controles de câmbio e importações, pelas restrições à livre circulação de capitais e de força de trabalho, pelo comércio bilateral e pelo protecionismo. Os países latino-americanos, que já tinham alcançado certo patamar de desenvolvimento, seguiram, com temporalidades distintas, a tendência mundial e buscaram saídas nacionais para a crise². Este foi o caso do Chile, da Colômbia, do México, do Brasil e da Argentina, que fecharam suas economias e buscaram soluções próprias para enfrentar a vulnerabilidade decorrente da dependência de uns poucos produtos primários de exportação. Ao longo do período que se seguiu, observa-se, com fortes matizes nacionais, a definição de projetos de desenvolvimento, como nos casos do cardenismo no México, do varguismo no Brasil e, um pouco *mis tarde*, do peronismo na Argentina (Ianni, 1991; Llach, 1992; Cano, 2000; Corsi, 2000).

Este quadro, reforçado pelas consequências econômicas da II Guerra Mundial, projetou-se para as décadas que se seguiram. A reorganização da economia mundial no pós-guerra, sob a liderança dos EUA, não fechou as possibilidades abertas na fase anterior. Os EUA enfrentaram dificuldades para implementar seu projeto de reorganizar a economia mundial com base no livre comércio e na livre circulação de capital, não obstante terem firmado sua hegemonia, expressa, entre outros aspectos, no papel do dólar como moeda chave do sistema monetário internacional³. Verificou-se a permanência, ainda por um espaço de tempo relativamente longo, dos controles de câmbio, do comércio e dos fluxos de capital, especialmente dos de curto prazo. As dificuldades das economias destroçadas pela guerra, as lições da Grande Depressão, a correlação de forças favorável aos trabalhadores no centro e o avanço dos movimentos nacionalistas e dos movimentos de descolonização, muitos deles de inspiração marxista, em um contexto de Guerra Fria, abriram espaço para a economia mundial organizar-se com base em fortes economias nacionais. O desenvolvimento capitalista da periferia passou a ser considerado uma alternativa por parte dos conservadores para barrar o avanço do socialismo. (Block, 1980; Hobsbawm, 1995).

² Ver a respeito Cano (2000).

³ Ver a respeito (Block, 1980).

Desta forma, havia condições para o florescimento de estratégias de desenvolvimento voltadas para o mercado interno e parecia pouco plausível retomar as estratégias de desenvolvimento dirigidas para as exportações. Varguismo, Cardenismo e Peronismo são exemplos de projetos nacionais voltados para o mercado interno. Embora buscassem fortalecer o capital nacional, internalizar os centros de decisões e garantir uma margem maior de autonomia na definição de suas políticas internas e externas, esses projetos não excluía a participação de capital estrangeiro no financiamento do desenvolvimento e de empresas estrangeiras em suas economias. Com graus e matizes diferentes, buscaram financiamento externo diante das dificuldades de avançar na industrialização. Não almejavam a autarquia econômica. Mas eram projetos nacionalistas⁴. Pelo menos para os países como México, Argentina e Brasil a estratégia de garantir um crescimento voltado para o mercado interno parecia à saída mais factível diante desse quadro internacional.

A estratégia voltada para as exportações enfrentava enormes dificuldades, pelo menos, até a segunda metade da década de 1950. As dificuldades de incrementar substantivamente as exportações, os reduzidos fluxos de capitais para a América Latina e a deterioração de seus termos de intercâmbio eram obstáculos de monta, pois a capacidade de importar não crescia na mesma proporção do PIB. Dessa maneira, não era viável economias com graus de abertura semelhantes aqueles anteriores à crise de 1929 (Furtado, 1982). Esta situação delineada a partir de 1930 contribuiu para a formação de uma visão negativa das exportações de produtos primários como caminho para o desenvolvimento, claramente expressa no pensamento cepalino.

Buscar calcar o desenvolvimento na exportação de manufaturados, como fizeram alguns países do Leste asiático a partir da década de 1960, também não parecia possível à época e nem estava no horizonte das classes dominantes locais. Além de constituir uma indústria competitiva e articular consistentes esquemas internos e

⁴ Vargas, por exemplo, esperava ser possível industrializar o Brasil, garantir sua soberania e conseguir um papel de destaque na América Latina, contando para isso com apoio político, financeiro e tecnológico norte-americano. Com tais objetivos, esse era um difícil projeto no contexto em que os EUA firmavam-se como grande potência e exigiam estrita subordinação dos países que estavam em sua área de influência (Corsi, 2000). Como veremos, Perón buscou, diante da forte crise econômica enfrentada pela Argentina no início da década de 1950, aproximar-se dos EUA e atrair capital estrangeiro para financiar o desenvolvimento argentino (Romero, 2006).

externos de financiamento do desenvolvimento, esta estratégia teria que enfrentar as barreiras comerciais do centro do sistema, que estava cerrado para os produtos manufaturados da periferia⁵ (Basualdo, 2010).

A reorganização da divisão do trabalho em meados da década de 1950 a partir da retomada mais intensa do movimento de internacionalização do capital colocou novos obstáculos para os projetos que buscavam maior autonomia nacional, embora a expansão dos mercados internos não tenha sido obstada⁶. De modo geral, esses projetos apresentaram grandes dificuldades para enfrentar os graves problemas relativos ao avanço do processo de industrialização e à desigualdade e a miséria historicamente presente na região. Também enfrentaram problemas de sustentação política.

2- Os projetos de Vargas e Perón

Brasil e Argentina responderam de forma diversa a crise de 1929, a depressão que se seguiu e os problemas socioeconômicos que vinham se acumulando desde o início do século. A Revolução de 1930 deslocou a burguesia cafeeira da posição hegemônica, abrindo um período de crise de hegemonia, que conferiu maior autonomia ao Estado. Vários projetos estavam em disputa e havia um leque de possibilidades históricas. O projeto de Vargas, que acabou saindo vitorioso, não nasceu pronto, foi sendo construído ao longo do período.

Este projeto ganhou mais densidade no Estado Novo, quando se cristalizou uma política econômica voltada para o desenvolvimento centrado no mercado interno, baseado no aprofundamento da industrialização que deveria avançar rumo a indústria

⁵ Vários países do Leste asiático em desenvolvimento, como a Coreia do Sul, adotaram projetos de desenvolvimento baseados na exportação de produtos manufaturados e com abrangente ação estatal na economia em um contexto internacional distinto, marcado pela retomada dos fluxos de capital para a periferia e pela crescente abertura comercial dos países centrais. A Coreia do Sul, país que mais avançou na região entre os anos 1960 e 1980, por não ter recursos naturais abundantes, elástica oferta de força de trabalho e mercado interno relevante apresentava grandes dificuldades em basear seu desenvolvimento na substituição de importações, embora voltar a economia para as exportações implique certo nível de substituição de importações. Também é preciso levar em conta a postura norte-americana, que forneceu créditos a fundo perdido e abriu seus mercados, em virtude do objetivo de conter o socialismo na região. No caso coreano, uma série de outras peculiaridades históricas, como a destruição da classe dos grandes proprietários de terra e a realização de uma reforma agrária, também precisam ser levadas em consideração. Também cabe destacar os pesados investimentos em educação e pesquisa. Fugiria dos limites do artigo desenvolver esse ponto. Ver a respeito Amsden (2009).

⁶ Sobre esse ponto ver Oliveira (1984) e Belluzzo e Coutinho (1984).

pesada, no relativo fechamento do mercado interno, na ampla ação estatal na economia e no capital nacional. Vargas desde 1930, pouco a pouco, adotou uma série de medidas favorável ao mercado interno e ao avanço da industrialização. Adotou políticas cambial, creditícia, fiscal e monetária favoráveis à expansão industrial. Em seus discursos a defesa do desenvolvimento ganhou cada vez mais espaço⁷. O projeto chave desse período foi a constituição da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), considerada fundamental para alavancar a industrialização. Paralelamente a crescente centralização política, que culminou na instalação da ditadura estado novista, Vargas criou uma série de institutos conselhos e comissões com o objetivo de fomentar e regular setores da economia⁸. Também foi pioneiro na tentativa de estabelecer um planejamento econômico mais amplo, visando incrementar a indústria de base com o Plano de Obras Públicas e Reparcelamento da Defesa Nacional (1939) e o de Obras e Equipamentos (1943). Buscou criar um esquema interno de financiamento da acumulação baseado na Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (1937), na introdução de impostos sobre operações cambiais objetivando formar um fundo de investimento público (1939), na utilização dos fundos dos institutos de pensão para financiar investimentos com garantias hipotecárias e na utilização da política fiscal como instrumento de desenvolvimento. Também buscou criar um arcabouço institucional que dirigisse as reservas acumuladas durante a II Guerra Mundial para financiar a industrialização. Muitas dessas iniciativas foram insuficientes e precárias. Mas o sentido desenvolvimentista das mesmas parece claro. Neste processo, Vargas estabeleceu as bases do Estado desenvolvimentista⁹.

Outro aspecto fundamental do projeto nacional de Vargas foi a introdução da legislação trabalhista, que visava à regulação das relações entre o capital e o trabalho no espaço urbano. Paulatinamente uma série de antigas reivindicações do movimento operário foi sendo atendida. Essa legislação seria reunida e sintetizada na Consolidação

⁷ Para uma detalhada discussão sobre a política econômica e sobre a evolução do discurso de Vargas em defesa da industrialização ver Fonseca (1989).

⁸ Entre as inúmeras instituições de fomento e regulação da economia criada à época cabe destacar: o Conselho Federal de Comércio e Exterior, a Comissão de Economia e Finanças, o Conselho Nacional do Petróleo, o Conselho de Minas e Metalurgia, o Conselho de Águas e Energia, o Instituto Nacional do Alcool, a Comissão de Mobilização Econômica, a Comissão de Financiamento da Produção, a Comissão de Política Comercial e Industrial, a Comissão de Planejamento Econômico.

⁹ Para uma discussão detalhada do projeto de Vargas ver Fonseca (1989), Fiori (1995) e Corsi (2000).

da Leis do Trabalho (CLT), em 1943. Também foram criados os sindicatos corporativos por categoria, controlados pelo Estado, ao mesmo tempo em que as forças de esquerda eram duramente reprimidas. Esse conjunto de medidas, importante para o reconhecimento social e político da classe trabalhadora, foi apresentado como uma dádiva do Estado, o que contribuiu para construir uma ideologia da outorga dos direitos trabalhistas, que seria a base da política trabalhista de Vargas a partir de 1942 (Gomes, 1988).

A legislação trabalhista não atingiu o campo. Vargas também não apresentou propostas ou implementou medidas para alterar a concentrada estrutura agrária. Defendia, neste terreno, ocupar os espaços vazios do interior do país por meio de uma política de colonização, da qual caberia destacar a chamada “Marcha para o Oeste”, o que contribuiria, de acordo com o discurso oficial, para a unidade nacional e para ampliar o mercado interno. Isto não significava relegar a agricultura ao esquecimento, pois esta era considerada importante para o desenvolvimento do país e deveria diversificar-se para responder as novas demandas e para superar as vulnerabilidades decorrentes da dependência das exportações de um punhado de produtos primários. O apoio a esse setor se daria através de políticas de proteção a produtos, do crédito, da expansão da infraestrutura e de desenvolvimento tecnológico. Não mexer na estrutura da propriedade da terra e nas relações de trabalho no campo era importante para conseguir articular os setores agrários vinculados ao mercado interno na base de sustentação de seu projeto¹⁰.

O desenvolvimento acarretaria, na visão dos defensores desse projeto, o incremento do emprego e, por conseguinte, dos salários. A melhoria do nível de vida dos trabalhadores também decorreria da legislação trabalhista, que, colocada como dádiva do Estado, estabeleceria e ampliaria os direitos sociais dos trabalhadores e criaria

¹⁰ O próprio Vargas era um membro da oligarquia gaúcha, que tinha vivo interesse na expansão do mercado interno, dado que este era o destino de grande parte das exportações de charque e arroz do Rio Grande do Sul. Outros setores das oligarquias regionais também estavam cada vez mais vinculados ao mercado interno, como largos setores da oligarquia mineradora, que abasteciam de alimentos sobretudo a cidade do Rio de Janeiro. Setores de oligarquias tradicionalmente voltadas para as exportações, como os exportadores de açúcar, já há algum tempo, também tinham no mercado interno o seu mais importante mercado. Ver a respeito Mendonça (2013). Não por acaso, Vargas afirmava em seus discursos a necessidade de expandir e unificar o mercado nacional como uma das metas centrais de seu governo (Corsi, 2000).

uma situação de harmonia entre o capital e o trabalho a partir da organização corporativa das classes sociais.

Outro pilar fundamental do projeto residia no nacionalismo. A postura nacionalista de Vargas, claramente expressa nos códigos de Minas e Águas (1934) e em vários artigos da Constituição outorgada de 1937, não significava, contudo, alijar o capital estrangeiro da economia brasileira. Vargas buscou sistematicamente articular o financiamento externo ao processo de acumulação de capital. Isto fica evidente, por exemplo, na criação da grande siderurgia e da Companhia Vale do Rio Doce. A política externa de Vargas buscou, durante a II Guerra Mundial, condicionar o alinhamento brasileiro aos EUA ao financiamento do desenvolvimento e ao apoio a tentativa de projetar o Brasil como potência regional por parte dos norte-americanos. A posição segundo a qual o capital estrangeiro seria fundamental para o financiamento do desenvolvimento era também comungada pela maior parte das classes dominantes (Corsi, 2000; 2010). Este projeto agregou ampla aliança de classes, que ia da burguesia industrial, passando por setores da burguesia agrária, comercial e financeira, à classe trabalhadora (Fonseca, 1989). Vargas foi o articulador desse instável arco de forças em torno da expansão do mercado interno¹¹.

Na Argentina, a derrubada do governo Yrigoyen, em setembro de 1930, reafirmou o controle do poder pela chamada “oligarquia diversificada”¹² e pelos grandes proprietários de terra, setores que defendiam uma economia aberta e voltada para as exportações. Diante da crise de 1929 e da Grande Depressão, que colocaram em xeque este projeto, estas frações de classe buscaram adaptar-se as novas condições externas e internas que foram se cristalizando ao longo da década de 1930. Naquele momento, não

¹¹ Projeto nacional é entendido aqui como um projeto para a nação e não como o projeto da nação. Como a sociedade é dividida em classes, cada uma delas pode ter um projeto para a nação. O eixo do projeto varguista foi a expansão do mercado interno, factível nas novas condições da economia mundial e capaz de acomodar os múltiplos e conflitantes interesses de um amplo arco de frações e de classes sociais. Ele logo percebeu que a expansão do mercado interno repousava sobretudo na industrialização. Este projeto buscava responder simultaneamente aos problemas relativos aos rumos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a questão social, a questão agrária, as formas de organização do Estado e a questão da inserção do país na nova ordem internacional que se configurava com a crise estrutural do capitalismo iniciada em 1929 (Corsi, 2000, 2010). Existe na literatura um debate sobre a existência desse projeto. Fugiria dos limites do artigo aprofundar essa questão. Ver, entre outros, Fonseca (1997).

¹² Esta fração era composta de setores de origem agrária que diversificaram suas atividades para a indústria, o comércio, os serviços e as finanças. Ver a respeito Basualdo (2010, p. 31).

existia aparentemente um projeto alternativo ao liberal da aliança conservadora. Os socialistas e a União Cívica Radical também defendiam que o eixo econômico da Argentina deveria ser a agropecuária e as exportações. Outras forças políticas, que tinham programas alternativos, como os comunistas, não apresentavam capacidade de maior interferência nos rumos do país (Jorge, 1975; Rapoport, 2000; Romero, 2006, Basualdo, 2010).

Os grandes proprietários e a oligarquia diversificada, à medida que o retorno a situação anterior a 1929 ficava cada vez mais improvável, passaram a defender uma economia aberta baseada nas exportações tanto de produtos primários quanto de matérias-primas processadas industrialmente. Defendiam o desenvolvimento das indústrias consideradas naturais. Ou seja, daquelas que não dependeriam de proteção alfandegarias e seriam competitivas na economia mundial. Esta mudança de perspectiva começou a delinear-se no Plan de Acción Económica de 1933¹³, mas até esse momento a política econômica pautou-se pela ortodoxia, calcada na contenção do crédito, na busca de superávit nas contas públicas e na elevação dos juros. Medidas que agravaram a crise. Diferentemente do Brasil que adotou, à época, uma política anticíclica. Apesar do plano de 1933 contemplar medidas que acabaram por estimular o crescimento industrial, não parece plausível afirmar que fosse uma clara política industrialista. Parece reforçar essa percepção o fato do governo Justo ter firmado um pouco antes o tratado Roca-Runciman com a Grã-Bretanha, que reafirmava a estratégia de uma

¹³ O Plano Acción Económica representou, em muitos aspectos, uma ruptura com a ortodoxia. Os juros foram reduzidos paulatinamente, o que estimulou a retomada dos investimentos. O Estado passou a ter uma ação mais ampla na economia. Foram criados, como no Brasil e em muitos outros países, diversos organismos de fomento e regulação de setores específicos da economia, sendo os principais deles a Junta Nacional de Carnes e a Junta Nacional de Granos. Muitos desses organismos tiveram vida efêmera e seus resultados, de modo geral, foram modestos. Como uma das decorrências do acordo Roca-Runciman, que reafirmou a centralidade do setor exportador para a estratégia da coligação conservadora, e para evitar o acúmulo de novos arrasados comerciais, o governo alterou o controle de câmbio, tornando mais rigoroso o controle sobre as importações, o que estimulou a substituição de importações. A política comercial buscou diversificar mercados com base em acordos bilaterais, mas sem um questionamento das relações consideradas centrais com a Grã-Bretanha. O governo também enviou ao congresso uma proposta de criação do Banco Central. Também verificou-se um incremento dos investimentos públicos, em especial no setor de transportes, financiados com os recursos advindos da nova política cambial. Esta política, que em linhas gerais seria seguida até o final da década de 1930, não parece ser um nítido programa industrializante (Jorge, 1975; Cano, 2000; Rapoport, 2000).

economia calcada nas exportações de produtos primários¹⁴ (Jorge, 1975; Rapoport, 2000; Romero, 2006).

O Plano Pinedo (1940) consistiu na maior expressão da tentativa de reformular a velha estratégia liberal. O eixo do projeto continuou sendo a economia aberta, mas só que agora com o desenvolvimento de setores competitivos da agricultura e da indústria. Pinedo, então Ministro da Fazenda, esperava continuar incrementando as exportações, sobretudo para a América Latina. Este projeto propunha o afastamento da Grã-Bretanha e aproximação em relação aos EUA, considerado fonte de financiamento e de bens de capital e mercado para os produtos argentinos. Também implicava no desenvolvimento dos serviços, das finanças, do comércio, da construção civil e de até alguns setores da indústria voltados para o mercado interno, que teriam, contudo, um papel secundário na economia¹⁵. A oligarquia diversificada percebeu tardiamente que a Argentina não poderia mais ser reduzida a uma mera sociedade agrário-exportadora. A não aprovação do plano pelo Congresso denota a incapacidade dessa fração de impor seus interesses e seu projeto as demais classes sociais, o que sugere não existir coesão na coligação dominante e a cristalização de uma correlação de forças mais equilibrada em uma sociedade cada vez mais dividida. Além disso, o redirecionamento da Argentina para os EUA não seria tarefa fácil, não só pela não complementariedade das duas economias, mas também em virtude da política de neutralidade na II Guerra Mundial adotada até então, que contrariava profundamente os norte-americanos e que levou os EUA a impor um boicote econômico a Argentina (Escudé, 1983; Llach, 1984)¹⁶.

Depois do golpe de Estado de 1943, a questão das políticas econômicas mais adequadas para encaminhar o desenvolvimento do país foi amplamente discutida no Conselho Nacional de Pós-Guerra, criado por Perón. As proposições do Plano Pinedo continuaram a nortear às posições da oligarquia diversificada e dos setores ligados as exportações. Esta estratégia significaria manter apenas as indústrias mais eficientes,

¹⁴ A literatura sobre o tratado é ampla, ver, entre outros, Jorge (1975); Rapoport (2000); Romero (2006).

¹⁵ O plano Pinedo não pode ser considerado uma antecipação dos projetos de desenvolvimento baseados nas exportações que seriam adotados nos anos 1960 por vários países asiáticos, pois no plano argentino o objetivo era, fundamentalmente, processar matérias-primas locais, enquanto os projetos asiáticos implicavam desenvolver amplamente o setor industrial, completando o processo de industrialização. O contexto histórico era bastante distinto.

¹⁶ Sobre a política de neutralidade da Argentina na II Guerra ver, entre outros, Escudé (1983).

com capacidade de competir nos mercados externos. Isto implicaria uma redução do protecionismo e, portanto, um enxugamento do setor industrial, que tinha se expandido durante a guerra sobretudo a partir de pequenas e médias empresas, no geral, pouco eficientes. Neste caso, as consequências sobre o emprego seriam funestas e de difícil absorção política. Ao mesmo tempo, setores nacionalistas e militares discutiam no referido Conselho a necessidade de avançar rapidamente em direção a industrialização pesada com ampla participação estatal. Esta proposta implicaria, segundo seus defensores, concentrar recursos nos setores considerados prioritários em detrimento dos salários e do consumo. Não por acaso setores da burguesia industrial apoiaram o golpe de Estado (Rapoport, 2000; Romero, 2006; Basualdo 2010).

Para Perón, que vinha construindo sua projeção política na ampliação dos direitos sociais e na mobilização dos trabalhadores, manter o pleno emprego e melhorar a distribuição da renda eram pontos fundamentais para a sua sustentação política. Como Vargas, Perón buscava harmonizar os interesses do capital e do trabalho e o Estado deveria na sua visão ser o árbitro das relações entre as classes. Esta seria a melhor forma de afastar o perigo do comunismo. O líder argentino seguiria um caminho próprio, que se afastava claramente das proposições liberais. Apesar das políticas de Perón estimularem a indústria, boa parte da dividida burguesia industrial não o apoiou, sobretudo em virtude de sua política de mobilização dos trabalhadores e também devido ao fato da oligarquia diversificada e do capital estrangeiro, que tinham peso considerável no setor industrial, defenderem outro rumo para a política e para a economia argentina. Perón tentou costurar um arco de apoio articulando a classe trabalhadora e setores da burguesia industrial, compostos em sua maioria de pequenas e médias empresas, que vinham crescendo desde os anos de guerra e eram importantes para gerar empregos. Mas estes setores eram relativamente fracos e desarticulados. (Romero, 2006; Basualdo 2010; Brennam; Rougier, 2013)¹⁷.

¹⁷ Segundo Basualdo (2010, p. 26-34), a indústria argentina seria composta por três setores. As empresas de capital estrangeiro, que em 1937 perfaziam cerca de 50% do setor e dominavam ramos importantes. Estas empresas perderam terreno durante a guerra devido ao crescimento acentuado das pequenas e médias empresas de capital nacional. Dentre as empresas de capital nacional também se desenvolveram empresas de grande porte, que tinham posições oligopolistas em vários setores dinâmicos, como o têxtil e o metalúrgico. A chamada burguesia nacional, particularmente os pequenos e médios empresários, que compunha o grosso da Confederación General Económica (CGE), tendeu a apoiar Perón. Outra fração

No Brasil, ao contrário da Argentina, a perspectiva liberal voltou a ganhar, momentaneamente, terreno ao final da guerra, em um contexto de crise da ditadura do Estado Novo, de avanço da democratização e de reorganização da economia mundial, sob os álpicos do projeto norte-americano, sacramentado na reunião de Bretton Woods¹⁸, que gerou um clima de otimismo quanto a possibilidade da economia mundial rapidamente reorganizar-se com base na livre circulação de capitais e mercadorias. Apesar de Dutra ter sido eleito pelo Partido Social Democrático (PSD), com apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do próprio Vargas, ele adotou uma política de cunho liberal. Dutra buscou aproximar-se da União Democrática Nacional (UDN) para ampliar suas bases de sustentação, ao mesmo tempo em que punha os comunistas na ilegalidade, reprimia o movimento operário e não reajustava o salário mínimo. (Skidmore, 1985; Ianni, 1986). A política econômica de Dutra rapidamente desembocou em uma severa crise cambial e verificou-se a desaceleração do crescimento econômico em 1947. Esse resultado indicava a inviabilidade, naquele momento de reduzidos fluxos internacionais de capital e de desempenho fraco das exportações, do projeto liberal, baseado sobretudo em uma economia aberta e estável¹⁹. A partir desse momento, Dutra seguiria uma política de controle das importações, que estimularia a substituição de importações, mas não apontava para o aprofundamento da industrialização²⁰.

Na Argentina, Perón colocaria em prática política diversa da adotada por Dutra, mas que também enfrentaria, pouco tempo depois, sérios problemas nas contas externas. A política peronista sustentava-se nos seguintes pilares: manutenção do pleno emprego, melhora na distribuição da renda, desenvolvimento do mercado interno, expansão do

seria a oligarquia diversificada, que tinha grande peso no setor, embora também atuasse, como já foi mencionado, na agricultura, no comércio e nas finanças. Esta fração dominava a tradicional União Industrial Argentina (UIA). Em 1954, o capital das 50 maiores empresas argentinas estava dividido entre essas frações na seguinte proporção: capital estrangeiro 29,0%, Oligarquia diversificada 46,9% e burguesia nacional 24,2%. Existe na literatura argentina aceso debate sobre este ponto. Ver, entre outros, Basualdo(2010) e Brennan; Rougier (2013).

¹⁸ Neste contexto, travou-se acirrado debate sobre os rumos da economia brasileira entre o liberal Eugênio Gudin e o desenvolvimentista Roberto Simonsen. Ver a respeito Corsi (1991).

¹⁹ Segundo Cano (2000, p. 20-21) a volta a uma economia mais aberta era inviável: “Mas a volta ao passado era uma ilusão. Não só ao passado político, mas principalmente ao passado econômico [...] Como bem mostrou Furtado, as investidas reacionárias internas e externas não poderiam frutificar, pois entre a crise (1929) e o início da década de 1950 nossa participação nas exportações mundiais caíra enquanto o PIB duplicara. Assim, não haveria como recompor o coeficiente de importações de 1929”

²⁰ Sobre as alterações da política econômica de Dutra ver, entre outros, Vianna (1992a) e Bastos (2004).

setor industrial, nacionalização de vários setores e autonomia nacional. Estes eixos norteariam o I Plano quinquenal de 1947, que visava promover e proteger as indústrias leves, que tinham se expandido durante a guerra, como a têxtil e a metalúrgica; desenvolver setores estratégicos, como a siderurgia e a indústria química, e estimular exportações de produtos industrializados em setores que a Argentina tinha competitividade, como os tecidos de lã e óleos vegetais. Porém, sua execução apresentou inúmeros percalços, sobretudo relativos as dificuldades em obter insumos, máquinas e equipamentos, problemas de financiamento e de apoio das classes dominantes (Rapoport, 2000; Basuldo, 2010. Belini; Korol, 2012).²¹

Perón optou por uma política que associava crescimento, pleno emprego e distribuição da renda. Isto implicava no desenvolvimento do mercado interno, que seria impulsionado, sobretudo, pelo aumento da renda da classe trabalhadora, pela majoração do gasto público e pela expansão do crédito a indústria. As dificuldades de implementar o plano e a necessidade de ampliar o emprego levaram o governo a enfatizar a expansão da estrutura industrial existente, o que retardou o desenvolvimento do Departamento I (DI)²² da economia. Neste aspecto, o programa de Perón distava do de Vargas, que desde o Estado Novo buscava desenvolver a indústria de base, quando, por exemplo, priorizou a implantação da grande siderurgia, implantou o Plano de Obras e Equipamentos, estimulou o desenvolvimento das indústrias de papel, alumínio e vidro plano, criou as fábricas nacional de motores e de álcalis, buscou desenvolver a exploração do petróleo e criou um arcabouço institucional para direcionar as reservas acumuladas para financiar o aprofundamento da industrialização, sem priorizar uma melhor distribuição da renda.

²¹ Dado os limites do presente artigo, não caberia apresentarmos uma análise pormenorizada das medidas de política econômica adotadas no período. Porém cabe ainda destacar as seguintes medidas: a continuidade da política protecionista implementada desde 1943, estabelecendo licenças prévias e cotas de importação, além de majorar as tarifas aduaneiras; ampliação dos créditos de longo prazo concedidos pelo Banco de Crédito Industrial, criado em 1944; a criação de uma série de organismos de fomento das economias regionais, contando com subsídios fiscais e creditícios e a criação da Direção Nacional das Indústrias do Estado, organismo independente do resto da estrutura administrativa do Estado, que tinha por objetivo estimular a indústria. Este órgão foi responsável pelo impulso das indústrias siderúrgica, de bens de capital e química. (Etulain, 1991; Cano, 2000; Rapoport, 2000; Romero, 2006).

²² Seguindo Oliveira (1984, p. 77), dividimos a economia em três departamentos, a saber: Departamento I (DI) – Departamento produtor de bens de produção, inclui os chamados bens intermediários; Departamento II (DII) – Departamento produtor de bens de consumo não duráveis e Departamento III (DIII) – Departamento produtor de bens de consumo duráveis.

Um dos problemas centrais de Perón, que também se colocava para o Brasil, era como financiar essa política de desenvolvimento. Uma das alternativas seria a utilização das reservas acumuladas durante a guerra. Brasil e Argentina só parcialmente utilizaram as reservas acumuladas durante a guerra para financiar a industrialização.²³ Dutra utilizou as reservas sobretudo para incrementar a oferta interna e com isso deter a ascensão da inflação, embora parte considerável das mesmas, como na Argentina, tenha sido dispendida na importação de máquinas e equipamentos para o reequipamento do desgastado parque industrial do país. Mas é preciso lembrar que parte substantiva das reservas dos dois países era em moedas inconvertíveis, em particular na forma de libras bloqueadas, que foram gastas na compra de descapitalizadas empresas inglesas e no pagamento da dívida externa no caso argentino, pois o Brasil já tinha renegociado a sua em 1943.

As alternativas de utilização desses recursos eram limitadas, dada a incapacidade das economias atingidas pela guerra, em particular a inglesa, ao término do conflito mundial, exportarem bens de capital. A fracassada tentativa de retomar a convertibilidade da libra, em 1947, que inviabilizou o acordo firmado, em 1946, entre Argentina e Grã-Bretanha referente a utilização das libras acumuladas, reafirmou a falta de alternativas. A política de Perón baseada na retomada da convertibilidade da libra e na esperança da Inglaterra poder suprir, em parte, as necessidades de bens de capital ruiu. No caso argentino, o problema da não conversibilidade era particularmente importante, pois o principal mercado para suas exportações era a Europa, que não tinha, naqueles anos, possibilidade de suprir as necessidades argentinas de meios de produção, enquanto sua principal fonte de importações eram os EUA. O superávit obtido com moedas inconvertíveis, em particular em libras, não podia ser utilizado para cobrir o crescente déficit em dólares (Fodor, 2009). O Brasil tinha nos EUA seu principal mercado de exportação e não sofria com o bloqueio norte-americano, o que minimizava o problema. Seja como for, as condições externas eram adversas, o que restringiu a utilização das reservas para financiar um salto qualitativo na industrialização.

²³ As reservas na Argentina montavam a 1,6 bilhão de dólares, enquanto no Brasil a cerca de 730 milhões de dólares (Ferrer, 2006, p.177; Vianna, 1992a, p. 109)

A questão do financiamento do desenvolvimento seria encaminhada de outra maneira. Perón priorizou responder as demandas da classe trabalhadora, sua principal base de sustentação política, por mais empregos e maiores salários²⁴, sem, contudo, afetar a lucratividade do setor industrial, que, segundo Basualdo (2010, p. 26-53), manteve-se em níveis bastante elevados até o início dos anos 1950, e sem deixar de estimulá-lo²⁵. Isto foi logrado por meio de generosa política de crédito, que chegou a apresentar taxas negativas de juros, de importações subsidiadas e de um mercado interno fechado, que permitia ao setor industrial, principalmente as grandes empresas, majorar preços.

Para impulsionar esta política Perón tentou criar um esquema interno de financiamento da acumulação a partir da reforma bancária de 1946, que estatizou o Banco Central, estabeleceu a garantia dos depósitos bancários pelo Estado, submeteu os bancos oficiais, a Caja Nacional de Ahorro Postal e o Instituto Argentino de Promoción para el Intercambio (IAPI) ao controle do Banco Central, que era o órgão emissor e controlador do sistema. Isto permitiu ampla margem de manobra ao governo na condução da política monetária e creditícia. O volume de crédito subsidiado direcionado a indústria e aos setores de infraestrutura aumentou cerca de cinco vezes entre 1946 e 1950 (Gibral-Blacha, 2001). Perón tinha uma política de estímulo a indústria, mas que não logrou uma diversificação em direção a industrialização pesada. O governo argentino esperava que ao proteger e estimular o setor industrial os empresários incrementariam os investimentos e isso proporcionaria um avanço na industrialização e um substantivo aumento da oferta interna de manufaturas, necessário para o combate à inflação, dado que as políticas salarial, fiscal, monetária e creditícia eram expansivas.

²⁴ A participação dos salários na renda nacional passou de 39% para 46% entre 1946 e 1950 (Ferrer, 2006).

²⁵ A política de Dutra também buscou criar condições para a manutenção da alta rentabilidade do setor industrial, em especial a partir de meados de 1947, quando começou a ser introduzido o controle sobre as importações por meio de critérios de essencialidade. O controle de importações associado a taxa valorizada de câmbio favorecia duplamente o setor industrial. De um lado, garantia à custa de transferência de excedente do setor agrícola, por meio do chamado confisco cambial, a importações de máquinas, equipamentos e matérias primas a preços relativamente baixos. De outro, tornava o mercado interno quase que cativo para a produção nacional, permitindo as empresas majorarem preços. Além disso, o congelamento do salário mínimo e a postura repressiva em relação ao movimento operário seguravam os salários, que cresceram menos que a produtividade do trabalho no período. Alta taxa de lucro era importante para o autofinanciamento das empresas, pois o sistema bancário brasileiro comparativamente ao argentino era menos desenvolvido.

Neste aspecto, observa-se certa semelhança com Vargas, que também buscou durante a guerra combater a inflação sobretudo pela ampliação da oferta e pela introdução de variados mecanismos de controle de preços e salários (até 1943). Política que voltaria a adotar a partir de 1950. (Bastos, 2004; Brennan; Rougier, 2013; Corsi, 2013).

A criação de um banco de financiamento de investimentos industriais, em 1944, pela Argentina representou um passo importante para o fomento do setor. Só em 1952, com a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Brasil teria um mecanismo mais eficaz de financiar investimentos de longo prazo. A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil criada em 1937, apesar de importante, não atendia as necessidades de financiamento nem da agricultura nem da indústria (Gibral-Blacha, 2001)²⁶.

Era importante para a sustentação dessa política a transferência de excedente econômico gerado na agropecuária para subsidiar a indústria e o consumo interno e para o Estado. Esta transferência se dava pelo controle estatal do comércio exterior através do IAPI. Esse órgão passou a monopolizar o comércio exterior e a compra da produção agropecuária, controlando preços e estabelecendo taxas de câmbio menores que as praticadas no mercado destinadas sobretudo para a importação de meios de produção. Dessa forma, o IAPI estabelecia preços (em pesos) mais baixos para os produtos agropecuários em relação aos que obtinha com as exportações desses produtos. A diferença era apropriada pelo Estado para financiar o gasto público, o consumo e as importações para a indústria²⁷. Esta política de transferência de parte dos excedentes gerados pela agropecuária somada as medidas de proteção aos arrendatários levou a considerável desconcentração da propriedade da terra²⁸.

²⁶ Como na Argentina, os empresários brasileiros não avançaram na industrialização pesada e na construção de moderna infraestrutura de transporte e energia, apesar da alta rentabilidade e de uma política econômica bastante favorável. Isto ficaria, em grande parte, a cargo do Estado.

²⁷ O governo argentino também manteve o valor oficial do peso barateando as importações de insumos, combustíveis e bens de capital para o setor industrial, pois as importações estavam controladas. O objetivo era redirecionar a utilização das divisas, agora controladas pelo Estado, para financiar o desenvolvimento industrial e o consumo urbano. O controle de preços dos produtos exportáveis também foi adotado para evitar o seu encaquecimento no mercado interno, evitando assim a corrosão dos salários (Romero, 2006; Cano, 2000).

²⁸ No período peronista, segundo Basualdo (2010, p. 32), “los grandes propietarios bonarenses registraran una espectacular reducción en la extensión de sus tierras al pasar la supeficie controlada por

A política de subsidiar as importações e o crédito farto foram importantes para a forte expansão da indústria e para sua alta rentabilidade, o que aplacou o descontentamento da burguesia industrial com relação à política de elevação dos salários e de ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores. (Basualdo, 2010)²⁹. Embora o processo de industrialização não tenha avançado rumo a indústria pesada, o bom desempenho do setor contribuiu para o elevado crescimento e para a manutenção do pleno emprego.

A política econômica peronista assegurou forte crescimento até 1949, quando irrompeu uma crise cambial, decorrente sobretudo da queda dos preços internacionais dos produtos exportados pela Argentina a partir do momento que se verificou a crescente produção mundial de grãos³⁰. Paralelamente, diminuiu o excedente agrícola exportável em virtude do gradativo incremento do consumo interno, da queda da produção em decorrência dos desestímulos provenientes da política de controle do comércio exterior, do atraso tecnológico, do avanço da pecuária e dos problemas climáticos. A política de subsidiar o setor industrial por meio de transferência de excedente gerado na agropecuária, da mesma forma que no Brasil, mostrou-se problemática, pois se, de um lado, era importante para subsidiar o setor industrial, permitido a aquisição de bens de capital a preços menores, de outro, desestimulava a produção agropecuária, principal fonte de divisas. A situação se agravou em virtude da política externa dos EUA que dificultava acesso dos produtos argentinos a seu mercado, restringia as exportações de tecnologia, insumos e bens de capital para a Argentina e proibia que os países beneficiados pelo Plano Marshall utilizassem os recursos provenientes dessa fonte para a aquisição de produtos argentinos. O bloqueio norte-

ellos de 17,9 millones a 6,8 millones de hectáreas, com uma igualmente significativa reducción de las hectáreas por propietario (de 7,786 a 5,292, respectivamente.” Neste aspecto a diferença com Vargas, que nunca adotou medidas para desconcentrar a propriedade da terra, é significativa. O período em pauta foi caracterizado pela estagnação da produção agrícola, que decorria de inúmeros fatores. A esse respeito ver, entre outros, Belini; Carol, 2012).

²⁹ Para Basualdo (2010, p.35-50), estes recursos provenientes do controle do comércio exterior e mais as reservas acumuladas, se apropriados pelo Estado e se não tivessem sido utilizados para garantir alta rentabilidade para as empresas privadas, teriam sido suficientes para enfrentar a questão do financiamento do salto qualitativo da industrialização e nacionalizar as empresas estrangeiras no setor de serviços. Para este autor, teria sido possível compatibilizar redistribuição da renda com salto qualitativo na industrialização, mas isso implicaria uma política de confronto com o conjunto da burguesia e maior ação estatal na economia.

³⁰ Ver a respeito Rapoport (2000), Ferrer (2006) e Fodor (2009).

americano consistiu em outro fator que contribuiu para retardar o crescimento industrial argentino (Escudé, 1983; Rapoort, 2000; Basualdo, 2010).

A política argentina em relação aos EUA dificultava o enfrentamento da questão do financiamento externo da acumulação de capital, dado que este país era praticamente a única fonte de capitais, tecnologias e bens de produção no imediato pós-guerra. O eixo dessa política se expressava na chamada “terceira posição”, que tinha como norte a busca de uma relativa autonomia para a Argentina. A ideia de um mundo bipolar dividido em áreas de influência não era aceita e buscava-se uma alternativa ao socialismo e aos efeitos sociais negativos do capitalismo. Internamente, esta política reforçava a postura nacionalista do governo peronista e angariava apoio de diferentes setores de classe. (Escudé, 1983).

A situação econômica também se deteriorou em virtude da crescente alta dos preços, que decorriam de diversas causas, dentre elas: as dificuldades de ampliar substantivamente a oferta em uma situação de rápido crescimento da demanda agregada; os repasses dos aumentos salariais aos preços; a oligopolização de setores da indústria e as políticas monetária, fiscal e creditícia expansivas em uma situação de pleno emprego. Esses processos puseram fim a fase de rápido crescimento e abriram um período de ajustes, que se estenderia até o fim do governo Perón³¹.

O Brasil, que tinha adotado uma política de estrito alinhamento aos EUA durante o governo Dutra, também não conseguiu enfrentar a contento o problema do financiamento externo e se viu às voltas com a crise cambial de 1947. Os impasses relativos ao financiamento externo perpassariam todo o período hora em discussão e a questão só ganharia novos contornos no governo Juscelino, quando o contexto internacional se alterou com a retomada dos fluxos de capital para a periferia e as empresas multinacionais reorganizariam novamente a divisão internacional do trabalho. Contudo, a situação melhorou momentaneamente com a política de controle de

³¹ Entre 1946 e 1955, o Brasil cresceu em média cerca de 7,0% ao ano, sendo que no segundo governo Vargas a média de crescimento anual do PIB foi de 6,2%. Enquanto o PIB argentino, apresentando grandes oscilações, cresceu em média no mesmo período 3,2% ao ano. A inflação que estava em 12,1%, em 1951, no último ano do governo Vargas tinha alcançado 22,6% (Índice de preços ao consumidor do Rio de Janeiro). No primeiro ano do governo Perón a inflação foi de 17,6% e, em 1955, foi de 12,3%, sendo que alcançou o pico de 38,8% em 1952 (Abreu, 1992; Basualdo, 2010; Belini; Korol, 2012).

importações e a melhora dos preços internacionais do café a partir de 1949, que se estendeu até 1954.

Apesar do bom desempenho da economia, Dutra não conseguiu fazer seu sucessor. As forças conservadoras não conseguiram articular uma candidatura de consenso e se dividiram, o que permitiu a Vargas se apresentar como candidato de unidade nacional. Neste contexto, Dutra contribuiu, sem almejar, para fortalecer a posição de Vargas, não só por não ter conseguido consolidar uma aliança entre PSD, UDN e o Partido Republicano Mineiro (PRM)³², mas também pela repressão à esquerda, que dificultava a ação do PCB junto à classe trabalhadora, e assim abriu espaço para Vargas e o PTB³³.

Ao longo do governo Dutra, amadureceu o ideário desenvolvimentista. Em pouco anos, a industrialização seria considerada a melhor alternativa para a economia brasileira. Neste contexto, a maioria dos liberais passaram a defender, ou aceitar taticamente, um desenvolvimento equilibrado entre agricultura e indústria ao invés da vocação agrária do país como norte para o futuro. Não por acaso, no programa da União Democrática Nacional (UDN), partido que congregava a maioria dos liberais, constava a necessidade do país desenvolver suas indústrias (Bielschowsky, 1988)³⁴. Mas é óbvio que a defesa de uma economia aberta e com uma reduzida presença do Estado implicava em menor espaço para a expansão do setor industrial, que vinha crescendo a partir de um mercado relativamente fechado e de estímulos estatais. As frações de classe congregadas em torno do liberalismo econômico não foram anuladas econômica e

³² À medida que a política econômica de Dutra pendia para a indústria, em particular depois da nomeação de Guilherme da Silveira para o Ministério da Fazenda, e os controles sobre o câmbio e as importações eram mantidos, ficava mais difícil a articulação do PSD e da UDN, intentada por Dutra com vistas a formação de um forte bloco conservador. Embora o PSD fosse bastante gelatinoso e conservador, abrigava em seu interior um setor ligado ao mercado interno e desenvolvimentista, que convergia com o PTB, partido que vivia à sombra de Vargas, na defesa de um projeto de desenvolvimento centrado no mercado interno e na industrialização.

³³ Ver a respeito Ianni (1986, p. 112-113).

³⁴ A esse respeito Bielschowsky (1988, p.379) assinalou: “São escassos na literatura do período, os vestígios da tese da vocação agrária. O liberal Daniel de Carvalho, ministro da Agricultura, já diria em 1949: ‘Assistimos ao advento e ao progresso das indústrias [...] Abrem-se, assim, largas perspectivas para a nossa industrialização. Convém, contudo, que essa se faça harmonicamente com a expansão da agricultura’ [...] Era essa, na época, e seria, daí para frente, a tônica da defesa da agricultura no Brasil: necessidade de harmonia e equilíbrio entre a indústria e atividade agrícola. A concepção da vocação agrária encontrava-se, portanto, ultrapassada”.

politicamente, continuariam polarizando a cena política com os setores defensores da industrialização.

Embora Vargas buscasse se colocar acima dos partidos e se relacionar diretamente com as classes populares, ele articulou a instável aliança em torno do mercado interno, que se expressava, na fase democrática, no Partido Social Democrático (PSD) e no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que em aliança explícita ou tácita controlaram a vida política brasileira entre 1945 e 1964. Setores da burocracia, das oligarquias regionais voltados para o mercado interno e setores da burguesia industrial tinham peso significativo no PSD (Skidmore, 1982). O grosso da classe trabalhadora apoiava Vargas e o PTB, mas isso não implicava passividade por parte dos trabalhadores, que mostraram crescente independência a partir de 1952 (Silva e Negro, 2003; Ferreira, 2005).

Apesar de não ter força para barrar o projeto desenvolvimentista, a UDN, que, de modo geral, abarcava as frações da burguesia agrária, comercial e financeira vinculadas as exportações e ao capital estrangeiro e amplos setores das classes médias, defensores da estratégia liberal de desenvolvimento, tinha a capacidade de desestabilizar o regime democrático.

Vargas ao voltar ao poder, em 1950, aprofundou o projeto desenvolvimentista ao apresentar amplo programa voltado para a indústria de base e a infraestrutura. As iniciativas centrais de seu programa foram o Plano de Reparcelamento Econômico (PRE), o projeto Eletrobrás, o projeto Petrobrás e a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Este programa visava desenvolver Departamento I (DI), o que, em tese, poderia conferir maior autonomia e equilíbrio a economia brasileira (Oliveira, 1984; Fonseca, 1989).

Os obstáculos desse programa não eram poucos e acabaram dificultando sobremaneira a sua execução. Para ser eleito, Vargas fez amplo leque de alianças. Não obstante a vitória nas urnas, ele não tinha sólida maioria no Congresso, o que tornava a governabilidade difícil. Sua postura de colocar-se acima dos partidos, quando se fazia necessário ter uma sólida base no Congresso para assegurar a governabilidade, apesar da fraqueza dos partidos, aparentemente agravou a situação. Esta necessidade de

ampliar as alianças se expressou na ampla composição de seu ministério, que contribuiu, em alguns casos, como no exemplo das disputas em torno da política creditícia entre Horácio Lafer, Ministro da Fazenda, e Ricardo Jafe, Presidente do Banco do Brasil, para tornar menos coerente a política econômica. Uma série de problemas de curto prazo restringiam as medidas expansivas. Vargas não conseguiu controlar o processo inflacionário e os desequilíbrios das contas externas e das contas públicas, apesar das medidas de estabilização adotadas ao longo de todo o seu governo³⁵. Mas é preciso observar que as medidas de estabilização foram moderadas e nem sempre as propostas de maior austeridade foram efetivadas, não por acaso a economia cresceu a taxas relativamente elevadas ao longo de todo período. Isto indica que a política de Vargas não sacrificou o crescimento em nome da estabilidade, como advogavam os liberais, que defendiam um severo ajuste ortodoxo. Além disso, um dos pontos centrais da política de combate à inflação consistia no aumento da oferta e isso dependia da expansão da indústria e da infraestrutura (Vianna, 1992b; Bastos, 2004).

Nesta questão, observa-se mais uma convergência em relação à Perón, que também, como já indicamos, procurou debelar o processo inflacionário por meio da expansão da oferta (Brennan; Rougier, 2013). Mas da mesma forma que Vargas, Perón enfrentou enormes dificuldades com a crescente inflação e com os desequilíbrios externos, que foram responsáveis por desacelerar o crescimento a partir de 1949. Mas contou, pelo menos até 1954, com uma base política aparentemente bem mais extensa que a de Vargas. Em 1952, foi reeleito com ampla maioria de votos e o partido Peronista tinha folgada maioria no Congresso. O apoio dos trabalhadores parecia incontestado e foi decisivo nas eleições, como na de Vargas em 1950 (Romero, 2006).

A elevada inflação e os desequilíbrios externos levaram ao desmoronamento parcial do esquema de financiamento do desenvolvimento articulado por Perón, pois inviabilizava a transferência do excedente econômico da agropecuária para a indústria, para o Estado e para outros setores urbanos. As reservas tinham diminuído substantivamente. A partir de 1952, quando os desequilíbrios se manifestaram de forma

³⁵ Para uma discussão detalhada sobre a política econômica do período ver Fonseca (1989) e Vianna (1992b).

mais aguda, a política econômica aprofundou os ajustes iniciados em 1949. Por meio do Plano de Emergência Econômica, anunciado em março de 1952, buscou-se controlar o crédito, segurar a emissão de moeda, controlar mais o gasto público, controlar preços e salários através de uma política de rendas, que controlava preços e determinava aumento dos salários a cada 2 anos. (Ferrer, 2006; Romero; 2006). Para incrementar a oferta e aliviar o estrangulamento externo parecia necessário enfrentar a questão do desenvolvimento do DI e isto colocava em primeiro plano a questão do financiamento da acumulação de capital, principalmente no que diz respeito ao acesso de recursos externos. É neste momento que Perón parece ter assumido o aprofundamento da industrialização como prioridade, o que significou certa inflexão em seu projeto, evidente no II Plano Quinquenal e no Congresso sobre a produtividade. O plano priorizava o desenvolvimento das indústrias siderúrgica, química, de alumínio, elétrica e metalmeccânica, além de prever investimentos na área de energia elétrica e de petróleo. Caberia ao Estado levar a cabo boa parte dos investimentos previstos, mas propunha-se atrair capitais externos para a empreitada (Basualdo, 2010; Belini; Korol, 2012).

A questão do financiamento da acumulação também era central para Vargas, que não conseguiu articular o esperado financiamento externo fundamental para deslançar o PRE. Vargas contava com os recursos articulados pela Comissão Mista Brasil-EUA, mas o esvaziamento da comissão por parte do governo norte-americano frustrou as suas expectativas. Este desfecho sugere a ausência de alternativas, no quadro internacional de fluxos restritos de capital para a periferia e de pouco interesse dos EUA pela América Latina. O governo Vargas preferia empréstimos oficiais para financiar o desenvolvimento, pois via com restrições um aumento da dívida externa junto aos bancos privados para este fim. Além disso, o capital internacional não parecia disposto a financiar a industrialização brasileira voltada para o DI, particularmente diante da postura nacionalista do governo, reforçada pelo movimento do “Petróleo é Nosso”. A elevação dos preços internacionais do café não era suficiente para gerar as divisas necessárias para alavancar a industrialização. A sua tentativa, neste contexto, de reeditar a política externa de condicionar o apoio aos EUA ao financiamento do

desenvolvimento, que tinha logrado relativo sucesso durante a II Guerra Mundial, mostrou-se inviável externa e internamente (Corsi, 2010; Dálio, 2014).

Embora tenha assumido uma postura nacionalista, como por exemplo, ao criar a Petrobrás, a adoção de uma postura mais radical e uma maior aproximação à Argentina poderia ter aumentado o poder de barganha brasileiro. Mas Vargas não assinou o Pacto ABC, que Perón vinha tentando articular, objetivando, entre outros pontos, formar um bloco que se contrapusesse ao peso dos EUA na região. A reticência de Vargas em relação ao acordo devia-se, em parte, a falta de condições de defendê-lo internamente em um momento em que já sofria forte pressão dos liberais e da grande imprensa alinhada à oposição. Além disso, apoiar o pacto poderia fazer Vargas caminhar a reboque de Perón, o que não seria aceitável para o líder brasileiro. O envio de tropas brasileiras a guerra da Coréia, como solicitaram os norte-americanos, poderia ter permitido acesso mais amplo a linhas de financiamento dos EUA. Porém, a resistência das forças armadas a essa solicitação e os resultados considerados relativamente modestos do alinhamento aos aliados na II Guerra, principalmente depois do término do conflito, quando se esperava um caudaloso fluxo de capitais para o Brasil, que não se concretizou, bloquearam qualquer iniciativa neste sentido (Corsi, 2010; Dalio, 2014).

O encaminhamento da questão do financiamento interno do desenvolvimento se mostrou da mesma forma bastante problemático. Um passo importante foi a criação do BNDE, cujos fundos provieram de uma alíquota adicional sobre o imposto de renda, que significou, segundo Oliveira (1984), uma reforma tributária disfarçada, e de injeções de recursos por parte do Tesouro Nacional. No entanto, esse esquema era insuficiente. O Estado para impulsionar a industrialização, tanto por meio de uma ação direta mais ampla quanto por meio de incentivos à iniciativa privada, precisaria de mais recursos, mas as classes dominantes se opunham a uma reforma tributária ampla, que as fizesse arcar com o ônus do financiamento do desenvolvimento (Fiori, 1995). Os lucros acumulados e a política creditícia expansiva também não eram suficientes. Como assinalou Oliveira (1984), o financiamento do desenvolvimento também dependia 1- do chamado confisco cambial, que permitia, por meio do controle do câmbio e das importações, a transferência de parte do excedente produzido no setor agrário

exportador para a indústria e para o Estado; 2- da expansão de setores estratégicos do DI por empresas estatais ou investimentos públicos, que implicava na transferência de ganhos de produtividade obtidos nestes setores, através do rebaixamento de seus preços relativos, para o setor privado e 3- da relativa contenção dos salários reais, que não tenderam a acompanhar o crescimento da produtividade do trabalho³⁶. Esse esquema implicava que os frutos do crescimento acelerado da economia não estavam sendo distribuídos. Para a melhoria da distribuição da renda não bastava crescimento econômico, aumento do emprego e uma legislação trabalhista como pensava Vargas. Seria preciso também a adoção de políticas ativas para atingir esse objetivo. Neste aspecto, as diferenças entre Vargas e Perón, que priorizou a distribuição da renda, são marcantes.

Esse esquema de financiamento era problemático ao contribuir para o desequilíbrio das contas externas, ao desestimular o setor exportador e para aprofundar as desigualdades sociais. Um de seus resultados foi contribuir para a corrosão das bases de sustentação política do governo. Os efeitos colaterais desse esquema de financiamento da acumulação não foram algo premeditado, decorreram dos próprios mecanismos de acumulação e de consequências não controláveis de certas medidas de política econômica (Oliveira, 1984; Singer, 1985).

A partir do segundo ano de seu governo, Vargas passou a enfrenar uma situação política cada vez mais difícil. A ascensão do movimento sindical, com a multiplicação das greves e das mobilizações dos trabalhadores, que ganhavam crescente autonomia ante o sindicato oficial, explodiu na greve “dos 300 mil” em São Paulo, no início de 1953. O acirramento das lutas sindicais e a ampla participação das massas urbanas nos processos eleitorais ocupavam o centro da conjuntura naquele momento. (Silva;

³⁶ Segundo Singer (1985, p. 37-42), o salário anual médio da indústria, em termos reais, caiu em 1951 e ficou estagnado em 1952 e 1953 (cerca de 4% acima do vigente em 1949). Em 1954, observa-se um crescimento de 9% em relação ao ano anterior. O salário médio real para os demais setores com menor organização sindical, deve ter apresentado números inferiores. Segundo Oliveira (1984, p. 79-80), os salários médios da indústria devem ter subido menos que a produtividade em 1951, acompanhado seu crescimento em 1952 e 1953 e se elevado mais em 1954. É preciso levar em conta que o salário médio da indústria cresceu menos que a produtividade no período Dutra. Mais recentemente Colistete (2009) apresentou dados que indicam que os salários não acompanharam os ganhos de produtividade, o que agravou a situação já precária da distribuição da renda. Esta situação contribui para entender o ímpeto das mobilizações operárias a partir de fins de 1952.

Negro, 2003). As mobilizações operárias indicavam que esta classe começava a se afastar de Vargas. Sintomático foi a vitória de Jânio Quadros no pleito para a prefeitura de São Paulo, batendo o candidato oficial, apesar de não contar com estrutura partidária consistente. Um pouco depois, Ademar de Barros, que tinha ampla base de apoio junto aos trabalhadores de São Paulo e cujo apoio foi importante para a eleição de Vargas em 1950, lançou-se como candidato as eleições presidenciais de 1955. A perda de apoio dos trabalhadores, levou Vargas, em um contexto de desequilíbrio da economia e acirrada oposição por parte da UDN e da grande imprensa, a ter entre suas prioridades a reaproximação em relação a classe trabalhadora e fortalecimento do PTB. (Boito Jr., 1984; Skidmore, 1982; Ferreira, 2005).

A deterioração da situação política e os problemas de curto prazo na economia levaram Vargas a realizar uma reforma do Ministério em meados de 1953, cujas principais alterações foram a nomeação de Osvaldo Aranha para o Ministério da Fazenda e João Goulart para o Ministério do Trabalho. O objetivo da nomeação de Goulart era reaproximar o governo dos trabalhadores e dinamizar o PTB. Talvez Vargas tenha percebido tardiamente a importância de fortalecer sua principal base partidária. Goulart, apesar de sua postura personalista, buscou reorganizar o PTB e desenvolver um programa mais reformista, tornando-o menos dependente da figura de seu mentor. Aranha adotou uma política moderada de estabilização e introduziu a Resolução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que ao implicar em uma desvalorização do câmbio encareceu as importações de bens de capital e matérias-primas para o setor industrial. Estas medidas descontentaram parcela importante dos setores da burguesia que apoiavam Vargas³⁷. O afastamento desses setores ficou mais nítido depois de Goulart propor um aumento de 100% do salário mínimo, pois temiam

³⁷ Estas frações de classe passavam por rápido processo de diferenciação social, cresciam os setores que viam com crescente preocupação a mobilização operária e os setores vinculados ao capital estrangeiro. Como assinala Leopoldi (2000, p. 74): “O rápido crescimento da indústria e a emergência de novas agências decisórias no interior do Estado estavam mudando radicalmente a forma de ligação entre o Estado e o empresariado industrial. O setor industrial se compartimentalizava entre setores dinâmicos e tradicionais, setores locais, associados e estrangeiros, os quais se relacionavam com o Estado de forma segmentada”. Segundo Diniz e Boschi (1978, p. 113): “No que diz respeito a década de 1950, deve-se salientar que não apenas o empresariado brasileiro não tinha o nacionalismo como ideologia para a conservação de seu projeto político, como também já antevia, ainda que de maneira embrionária, uma saída nos moldes de ‘desenvolvimento dependente associado’”.

que Vargas seguiria o exemplo de Perón de criar uma “República Sindicalista”. Nestas circunstâncias, a UDN, que até então não conseguia ganhar terreno, logrou capitalizar o descontentamento das frações dominantes e articular uma ampla coligação contra Vargas. Unificou a classe dominante diante do temor da possibilidade de ampla mobilização popular e acelerou a articulação de um golpe para derrubar o governo constitucional, que foi frustrado pelo suicídio de Vargas. (Skidmore, 1982; Boito Jr, 1984; Ferreira, 2005).

Esse desfecho não só deu uma sobrevida a fase democrática como também estreitou a margem para os liberais desmontarem a política desenvolvimentista. Mais uma vez a tentativa de imprimir uma saída liberal para os impasses econômicos fracassaria. O ajuste ortodoxo intentado por Gudin a frente do Ministério da Fazenda, entre setembro de 1954 e março do ano seguinte resultou na demissão do ministro³⁸.

No caso argentino, as tentativas de Perón estabilizar a economia e encaminhar a industrialização pesada, expressa no II Plano Quinquenal, também contribuíram para sua queda. Enfrentando séria crise inflacionária e no balanço de pagamentos e a necessidade imperiosa de dar um salto qualitativo na industrialização, que implicava volumosos recursos e acesso à tecnologia, Perón deu uma inflexão em sua política. Passou a buscar a estabilização e a aproximação aos EUA. O fracasso do chamado Pacto ABC estreitou a margem de manobra do país platino. Como já mencionado, o governo peronista mudou à política econômica, implementando medidas de caráter contracionista (corte do gasto público, controle dos salários, restrições ao crédito etc.) e medidas para incentivar os setores exportadores, como a liberalização dos preços. Também redirecionou a política de crédito, agora voltada sobretudo para ampliar a produção agrícola e para modernizar o setor, em especial com estímulos à sua mecanização. O governo adotou severa política de controle de preços e de salários, que passaram a ter reajustes a cada dois anos ao invés de 12 meses. Continuou também a subsidiar fortemente os produtos agropecuários de consumo popular (Girbal-Blacha, 2001; Ferrer, 2006). Com essas medidas abandonou a ênfase no crescimento do

³⁸ Ver a respeito (Abreu, 1992).

mercado interno a partir da manutenção do pleno emprego e do aumento salários, que tinha sido o centro de sua política desde 1946. A ênfase agora recaía sobre a necessidade de aprofundar o processo de industrialização e de estabilizar a economia (Basualdo, 2010).

Ao adotar medidas impopulares, o governo entrou em choque com os trabalhadores, embora continuasse a ter neles sua principal base de sustentação. Contudo, quando do golpe de Estado, em 1955, os “trabalhadores não estavam mais disponíveis como em 17 outubro de 1945” para sustentar peronismo no poder, apesar de estarem “presos” ao mito Perón (Etulain, 1991). A estabilização da economia afetou negativamente a lucratividade das empresas, o que contribuiu para acirrar a oposição ao governo por parte do setor empresarial (Basualdo, 2010). Dessa forma, Perón começou a perder apoio. Os crescentes atritos com Igreja e as medidas cada vez mais autoritárias aprofundaram esse processo.

A inflexão na postura nacionalista de Perón foi nítida. O discurso nacionalista foi abrandado e o governo buscou atrair capital norte-americano tanto na forma de empréstimos quanto na forma de investimentos diretos. Foi aprovada uma nova lei que favorecia as remessas ao exterior. Firmaram-se acordos com empresas estrangeiras para o estabelecimento no país da indústria de tratores e da automobilística. O governo argentino buscou articular crédito nos EUA para o financiamento da expansão do setor siderúrgico. O ponto culminante dessa mudança de postura foi à negociação com a Standard Oil de um contrato de exploração petrolífera extremamente favorável à empresa norte-americana, pois permitiria, entre outros itens, que a referida companhia criasse uma polícia particular, aeroportos de uso privativo e inviolabilidade de suas áreas de concessão. Esse projeto desagradou profundamente os setores nacionalistas fora e dentro das forças armadas. O envio do plano para Congresso, em maio de 1955, contribuiu para rápida deterioração da situação política, que desembocaria no golpe de setembro daquele ano. Perón, tardiamente, optou pelo nacionalismo pragmático, aproximando-se da posição de Vargas, que desde o Estado Novo considerava o capital estrangeiro fundamental para financiar o desenvolvimento. Fez isso, aparentemente, por considerar não ter alternativa para aprofundar o processo de industrialização e

estabilizar os preços e as contas externas (Etulain, 1991; Basualdo, 2010). O relativo sucesso da política de estabilização não evitou a queda de Perón.

O fim dos governos de Vargas e Perón indica o estreitamento das possibilidades de desenvolvimento abertas na década de 1930, na qual parecia factível desenvolvimento com autonomia nacional.

3- Considerações finais

Os projetos nacionais de Vargas e de Perón precisam ser analisados a partir do contexto internacional do período. A reestruturação do capitalismo, que se seguiu a crise de 1929 e a Grande Depressão, abriu novas possibilidades de desenvolvimento para países da periferia que já tinham alcançado certo desenvolvimento capitalista. O fortalecimento das economias nacionais, uma das consequências dessa reestruturação, permitiu, após término da guerra, no centro do sistema a partir de uma correlação de forças favorável aos trabalhadores a constituição do Estado de bem-estar social e na periferia o florescimento de variados projetos nacionais de desenvolvimento, que se originaram muitas vezes, como no caso do Brasil, ainda na década de 1930. Não havia possibilidade de retorno à situação anterior a de 1929 e também não havia condições para uma estratégia de desenvolvimento calcada nas exportações de produtos manufaturados, como a que seria adotada por alguns países do Leste asiático na década de 1960. As estratégias liberais de desenvolvimento encontravam enorme dificuldade para se viabilizarem, apesar de terem buscado se adaptar à nova situação mundial e nacional. O fracasso da tentativa de adotar políticas liberais no início do governo Dutra, que desembocou em severa crise cambial, e o irrealismo do Plano Pinedo, que pressupunha uma economia mundial aberta, uma complementaridade com a economia norte-americana e uma aproximação em relação aos EUA, são ilustrativos.

Entretanto, isso não significou que o caminho para a industrialização seria tranquilo para o Brasil e a Argentina. Os percalços eram enormes, o que impediu esses países de completarem seus processos de industrialização e lograrem maior autonomia nacional. Os projetos de Vargas e Perón só foram parcialmente implementados. Dois obstáculos se sobressaiam, quais sejam: o problema do financiamento do

desenvolvimento e a instável sustentação política da estratégia desenvolvimentista. No Brasil, a coligação desenvolvimentista articulada por Vargas em torno do mercado interno era instável e toda vez que a classe trabalhadora representou um perigo real ou imaginário para as classes dominantes estas se reunificaram, desestabilizando a referida coligação, como em 1954 e novamente dez anos depois. Perón, que contava com uma base popular mais ampla, não conseguiu atrair para a coligação desenvolvimentista setores importantes da burguesia, apesar de sua política assegurar alta rentabilidade para o capital. Inicialmente, optou, em razão da necessidade de manter suas bases políticas, por um desenvolvimento centrado na ampliação do mercado interno que seria sustentado sobretudo pelo pleno emprego e pela elevação dos salários, deixando em segundo plano a industrialização pesada, que seria priorizada de fato só no II Plano Quinquenal. Neste aspecto, Vargas desde o Estado Novo priorizava a industrialização pesada e esperava que a melhoria da situação da classe trabalhadora decorreria do próprio crescimento econômico e da legislação trabalhista “doada” pelo Estado.

A alta lucratividade do capital tanto no Brasil quanto na Argentina não foi suficiente para estimular a burguesia industrial investir na infraestrutura e na indústria pesada, que acabaram, em boa parte, ficando nas mãos do Estado. Esta falta de iniciativa vincula-se, entre outros pontos, a questão dos esquemas de financiamento do desenvolvimento. O Brasil e a Argentina, apesar desta contar com um sistema bancário e um mercado de capitais aparentemente mais desenvolvidos, não conseguiram articular consistentes esquemas internos e externos de financiamento da acumulação de capital, em parte pela fraqueza dos mecanismos internos de centralização de capitais, pelos baixos fluxos de capital para a periferia, pela queda dos termos de intercâmbio, pela oposição das classes dominantes a uma ampla reforma tributária e pelo fraco desempenho das exportações, que foi potenciado pelas políticas de transferência de excedente da agropecuária para o Estado e para a indústria, via mecanismos de controle do comércio e do câmbio. De modo geral, os mecanismos de financiamento contribuía para o incremento da inflação e dos desequilíbrios das contas externas, que por sua vez corroíam as bases de sustentação das políticas desenvolvimentistas. A carência de divisas, os obstáculos a uma maior ação estatal na economia colocados pela classe

dominante e a incapacidade política e econômica de centralizar mais recursos nas mãos do Estado levaram Vargas a adotar uma política nacionalista pragmática, que desde cedo buscou articular o financiamento externo ao desenvolvimento. Perón optou por saída semelhante mais tardiamente, quando do agravamento da crise cambial que indicava a necessidade de avançar na industrialização, o que não seria possível sem o aporte de recursos e tecnologia externos na situação geopolítica argentina, na correlação de forças vigentes e no interior do próprio horizonte político do peronismo, que, como o varguismo, visava a harmonia entre o capital e o trabalho e o desenvolvimento do capitalismo.

4- Bibliografia

ABREU, Marcelo e. Paiva. A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana -1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

AMSDEN, Alice Hoffenberg. A ascensão do resto. São Paulo: UNESP, 2009.

BASTOS, Pedro Pulo Zahluth. O presidente desiludido: a campanha liberal e o pêndulo da política econômica no governo Dutra (1942-1948). História Econômica & História de Empresas. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 99-136, 2004

BASUALDO, Eduardo. Estudios de historia económica argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

BELINI, Claudio; Korol, Juan Carlos. Historia económica de la Argentina em el siglo XX. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: IPE\$A/INPES, 1988.

BLOCK, Fred. Los orígenes del desorden económico internacional. México, Fondo de Cultura Económico, 1980.

BOITO JR. Armando. O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo. São Paulo: Brasiliense, 1984

BRENNAM, James; ROUGIER, Marcelo. Perón y la burguesía argentina. Carapachay: Lenguaje, 2013.

CANO, Wilson. Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo, UNESP, 2000.

COLISTETE, Renato Perin. *Salários, produtividade e lucros na economia brasileira, 1945-1978*. Revista de Economia Política. São Paulo, v.29, n° 16, p. 386-405, 2009.

CORSI, Francisco Luiz Os rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo. Campinas: UNICAMP, 1991(Dissertação de Mestrado em Economia do IE-UNICAMP).

_____ Estado Novo: política externa e projeto nacional. São Paulo: EDUNESP, 2000.

_____ Inflação e crescimento econômico: uma análise da política de Vargas ao final do Estado Novo. História econômica & História de Empresas. Rio de Janeiro, V.16, n.2, p. 343-377, 2013.

COUTINHO, Luciano; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata. O desenvolvimento capitalista no Brasil.2 vols. São Paulo: Brasiliense, p. 9-36, 1984.

DALIO, Danilo José. A política brasileira e a integração econômica latino-americana: do Pacto ABC à ALALC. São Paulo: USP, 2014 (Tese de Doutorado em História da FFLCH - USP).

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Empresário nacional e Estado no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

ESCUDE, Carlos. Gran Bretaña, Estados Unidos y la declinación argentina (1942-1949). Buenos Aires: Belgrano, 1983.

ETULAIN, Carlos. Intervenção do Estado, economia e petróleo: um estudo sobre liberalismo e nacionalismo na Argentina. Campinas: UNICAMP, 1991 (Dissertação de Mestrado em Economia do IE-UNICAMP).

FERREIRA, Jorge. O imaginário trabalhista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERRER, Aldo. A economia argentina. De suas origens ao início do século XXI. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

- FIORI, José Luis. Em busca do dissenso perdido. Ensaio crítico sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- FODOR, Jorge. La política de exportación agrícola de Perón, 1946-1948. Dogmatismo o sentido comum?. In: Rock, David Argentina in el siglo veinte. San Isidro: Lenguaje Claro Editora, 2009.
- FONSECA, Pedro Cesar Dutra. Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 18 ed. São Paulo: Nacional, 1982.
- GIRBAL-BLACHA, Noemi et. Al. Estado Sociedad y economía en la Argentina (1930-1997). Buenos Aires: UNQ Ediciones, 2001.
- GOMES, Ângela Castro. A invenção do trabalhismo. São Paulo, Vértice, 1988.
- HOBBSBAWM, Eric. J. A era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia. das letras, 1995.
- IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil: 1930-1970. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- JORGE, Eduardo. Industria y concentración económica. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta. Política e interesse na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LLACH, Juan Jose. El Plan Pinedo de 1940, su significado histórico y los orígenes de la economía política del peronismo. Desarrollo Económico. Buenos Aires, v. 23, n. 92, p. 515-556, 1984.
- _____ e Lagos, Eduardo Martín. Claves del retraso y del progreso de la Argentina. Buenos Aires: Temas, 2011.
- MENDONÇA, Sonia Regina. Políticas agrícolas e patronato agroindustrial no Brasil (1909 -1945). História Econômica & História de Empresas. Rio de Janeiro, v. 16, nº 1, p. 73-100, 2013.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

RAPORT, Mario. *Historia económica, política y social dela Argentina, 1880-2003*. Buenos Aries: Ariel, 2000.

ROMERO, Luis. Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SILVA, Fernando Teixeira; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.) *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SINGER, Paul Israel. *A crise do “Milagre” Interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKDIMORE, Tomas. *O Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VIANNA, Sérgio Besserman. *Política econômica externa e industrialização:1946-1951*. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, p. 105-122, 1992a.

_____ *Duas tentativas de estabilização*. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, p. 123-150, 1992b.